

Diário do Legislativo de 10/06/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 22ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a União dos Militares do Estado de Minas Gerais - UMMG - Por Seus 60 Anos de Fundação

1.2 - 33ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - 34ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATA

ATAS

ATA DA 22ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 5/6/2008

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Arlen Santiago - Entrega de placa - Palavras do Cel. PM Dorgival Olavo Guedes Júnior - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Doutor Viana - Arlen Santiago - Domingos Sávio - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Cel. PM Dorgival Olavo Guedes Júnior, Presidente da União dos Militares do Estado de Minas Gerais - UMMG -; Cel. PM Eduardo Mendes de Sousa, Chefe do Gabinete Militar do Governador do Estado; Cel. PM Itamar de Oliveira Pacheco Filho, Comandante da 14ª Regional da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG -, representando o Comandante-Geral da PMMG, Cel. PM Hélio dos Santos Júnior; Cel. BM Antônio Damásio Soares, Chefe do Estado-Maior e Subcomandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, Cel. BM José Honorato Ameno; Vereador Anselmo José Domingos, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Cel. PM QOR José Barroso de Resende Filho, Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM -; e Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença do Cel. PM Vicente Gomes da Mota e do Cel. PM José Ortiga, ex-Comandantes-Gerais da Polícia Militar, em cujas pessoas saudamos a todos os integrantes da família da Polícia Militar aqui presentes.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a União dos Militares do Estado de Minas Gerais - UMMG - por seus 60 anos de fundação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino Nacional, que será interpretado pelo Conjunto de Câmara da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, sob a regência do 2º-Ten. PM Antônio Vicente Soares.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Arlen Santiago

Exmos. Srs. Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, amigo, representando, neste ato, o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa, membro honorário da União dos Militares de Minas Gerais; Cel. PM Dorgival Olavo Guedes Júnior, Presidente da União dos Militares do Estado de Minas Gerais; Cel. PM Eduardo Mendes de Sousa, Chefe do Gabinete Militar do nosso Governador Aécio Neves; Cel. PM Itamar de Oliveira Pacheco Filho, Comandante da 14ª Regional da Polícia Militar, representando o Cel. PM Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, a melhor polícia militar do Brasil; Cel. BM Antônio Damásio Soares, Chefe do Estado-Maior e Subcomandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, representando, neste ato, o Exmo. Sr. Cel. BM José Honorato Ameno, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Vereador Anselmo José Domingos, representando, neste ato, a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Cel. PM QOR José Barroso de Resende Filho, Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM -, entidade que é intocável; Cel. PM Zéder Gonçalves do Patrocínio, caro Assessor de Relações Institucionais da União dos Militares de Minas Gerais, grande amigo e meu orientador; Cel. PM César Braz Ladeira, Vice-Presidente da União dos Militares de Minas Gerais; caro Cel. PM José Ortiga, Comandante-Geral, pessoa que realmente faz a história da Polícia Militar, grande amigo; e Cel. PM Vicente Gomes da Mota, Comandante-Geral, meu tio, que muito nos honra, membro da família da Polícia Militar; senhores e senhoras, queremos cumprimentar também a excelente orquestra da Polícia Militar, que nos brindou com uma bela execução do nosso querido Hino Nacional, e a banda do Corpo de Bombeiros Militar, que nos recebeu na Assembléia Legislativa.

O homem sempre se associou visando a sua proteção. Primeiro, se juntou em família; depois, formou grupos para facilitar a caça e a proteção contra ataques de outros grupos e, em fase mais evoluída, criou o Estado, que surgiu para dar proteção ao homem contra o homem, impor limites à ação humana, impedindo os conflitos instalados e potenciais. Mas o Estado se agigantou. Ficou maior que o próprio homem e, de protetor, assumiu o papel de opressor do homem que o criou. Os homens se viram obrigados a dar meia-volta e organizar-se em grupos de interesses, não para contestar a ação do Estado, mas para se fazerem ouvir e serem respeitados em seus direitos mais elementares.

A União dos Reformados da Polícia Militar nasceu há 60 anos, com a missão de resgatar a dignidade dos militares reformados, pessoas que, depois de passarem grande parte de suas vidas na árdua tarefa de proteger e dar segurança ao povo, viam-se abandonadas, atingidas em sua dignidade, sem o reconhecimento por parte do Estado. Não nasceu a instituição que ora homenageamos sob a égide da insubordinação, da simples contestação. Também não foi idealizada apenas para discutir salários, muito embora seja a remuneração condigna um direito básico de quem trabalha e principalmente de quem devota sua vida à segurança pública. A União dos Reformados da Polícia Militar veio para defender direito ainda mais essencial: o do respeito pela pessoa. Essa foi a sua orientação. Esse é o norte da União dos Militares de Minas Gerais, que a sucedeu em denominação, mas não modificou seus propósitos nem seus princípios. Estes continuam os mesmos, agora com maior abrangência, pois agora a entidade visa à defesa da tropa ativa, dos reformados, dos aposentados, dos pensionistas e das pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

E, por acreditar na força da União, apoiado por vários outros Deputados, entre eles o nosso 1º-Vice-Presidente Deputado Doutor Viana, nosso Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho e o Deputado Domingos Sávio, aqui presente, apresentei, nesta Casa Legislativa, requerimento visando à criação e à instalação da Frente Parlamentar de Defesa Social, para atuação junto ao governo do Estado, no sentido inicial de promover a pronta implantação do Conselho de Defesa Social e o seu sistemático funcionamento, a fim de garantir a todos os cidadãos do nosso Estado a tranquilidade que lhes é de direito. Tenho a certeza de que a aprovação e a criação dessa frente parlamentar terá um valor inestimável para o povo mineiro.

Prudência, respeito às tradições e à hierarquia são marcas da luta da União dos Militares de Minas Gerais, que chega aos seus 60 anos com a maturidade e o respeito das autoridades mineiras e brasileiras, da população e das demais associações que representam segmentos específicos da carreira militar. Dentro de seus princípios, a União inicia agora outro bom combate, o do aproveitamento daqueles que, por força da lei, são afastados de suas funções militares em plena capacidade produtiva. O afastamento prematuro, vale ressaltar, é importante para a oxigenação da tropa e é forma de reconhecimento aos que, por 30 anos, dedicaram-se à árdua tarefa reservada aos militares.

Mas o que deveria ser um prêmio, um reconhecimento, às vezes pode transformar-se em castigo àqueles que acumularam experiências, conhecimento e estão em plenas condições de trabalho, mas que encontram dificuldades no mercado pelo odioso preconceito da idade.

Há muitas atividades na área social que podem absorver essa mão-de-obra competente e disposta ao trabalho. Concordo com os dirigentes da União na sua luta em buscar uma solução legal para o aproveitamento desse contingente de homens e mulheres, que já deram e ainda têm muito a dar a nossa sociedade.

Presidente, Cel. PM Dorgival Olavo Guedes Júnior, parabéns pela nova gestão empreendida na União dos Militares de Minas Gerais. Parabéns ao meu amigo, Cel. Zeder, pela gestão extremamente competente, anterior à do Dorgival. Parabéns àqueles que fizeram o passado, aos que administram o presente e preparam o futuro desta entidade de grande importância para todos nós. E, Presidente, pode colocar meu nome na trincheira de luta da União.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento o Deputado Doutor Viana, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Cel. PM Dorgival Olavo Guedes Júnior, Presidente da União dos Militares de Minas Gerais, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue traz os seguintes dizeres: "A União dos Militares do Estado de Minas Gerais cresceu e se solidificou ao longo dos anos, alcançando pleno êxito na realização de seus trabalhos. A instituição desempenha, com excelência, relevante papel na busca de melhores condições para a categoria e na defesa dos interesses da família militar. O Parlamento mineiro presta homenagem a essa respeitável entidade, na ocasião em que se comemoram os 60 anos de sua fundação."

O Sr. Presidente - Com muita alegria, a Presidência convida o Deputado Arlen Santiago para também fazer parte da comitiva de entrega da placa, ele que foi autor do requerimento que suscitou esta reunião.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Cel. PM Dorgival Olavo Guedes Júnior

Exmos. Srs. Deputado Doutor Viana, 1º-Vice Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o Exmo. Sr. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa; Cel. PM Eduardo Mendes de Sousa, Chefe do Gabinete Militar do Governador; Cel. PM Itamar de Oliveira Pacheco Filho, Comandante da 14ª Região da Polícia Militar, representando o Cel. PM Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral; Cel. BM Antônio Damásio Soares, Chefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros Militar e Subcomandante-Geral, representando o Cel. BM José Honorato Ameno, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Vereador Anselmo José Domingos, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Cel. PM José Barroso de Resende Filho, Diretor-Geral do IPSM; Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; meus companheiros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros; caros ex-Comandantes José Ortiga e Vicente Gomes da Mota; Srs. Deputados; meus amigos; associados da União dos Militares; minhas senhoras e meus senhores, o ano de 1932 marcou a história de Minas e do Brasil como o ano de uma revolução que custou a vida de centenas de brasileiros, atirados a uma luta fratricida, que, para muitos, nunca chegou a fazer sentido. São Paulo chorou a morte de cerca de 640 de seus filhos. Minas perdeu 92 valorosos milicianos em duras refregas, a maioria delas no "front" do Túnel da Mantiqueira. Entre os heróis tombados no cumprimento do dever, pontua o Cel. Fulgêncio de Souza Santos, morto em 30/7/32 e hoje tomado como símbolo da bravura do miliciano das gerais. Os sobreviventes, Elpidio Campos do Amaral, Edmundo Leri Santos, Otávio Campos do Amaral, Antônio de Oliveira Fonseca, José Gabriel Marques, José Vargas da Silva, Otávio Batista Diniz, José Persilva, Afonso Elias Praes, Juscelino Kubitschek de Oliveira, João de Guimarães Rosa e outros, muitos outros, foram aclamados e reconhecidos como heróis que deram sua contribuição à causa republicana brasileira.

Nem duas décadas eram passadas, e a maioria dos integrantes dessa geração de bravos via-se na condição de reformados da Polícia Militar, afastados dos quartéis, relegados ao ostracismo, esquecidos mesmo. Direitos os mais mezinhos, como o reconhecimento das prerrogativas de suas graduações e patentes, eram-lhes negados. O dia 10/1/48 passou a ser o marco da reação desses heróis, com a criação da União dos Reformados da Polícia Militar. Não é difícil imaginar a dificuldade sentida por aqueles homens, acostumados à vida da caserna e que, ao longo das suas vidas, aprenderam a respeitar e a obedecer, ao se insurgirem, reivindicando e exigindo respeito e tratamento condigno. Quebrando tabus e paradigmas, aquele grupo de militares da reserva e reformados organizava-se. Não buscavam vantagens pessoais de ordem material ou salarial - repito -, mas sim exigiam reconhecimento, respeito e dignidade! Foi assim que surgiu essa instituição, que se orgulha de ser uma das entidades mais ativas na defesa dos interesses da classe dos militares, e que pode ostentar, como sua divisa, o tema: "Há 60 anos promovendo qualidade de vida para a família militar mineira".

O tempo passou, a instituição cresceu e solidificou-se. Somos hoje a União dos Militares de Minas Gerais, congregando militares da ativa, da reserva e reformados.

É possível identificar, nos últimos anos, uma retomada da vocação inicial da União, por sua participação ativa em todos os movimentos que tiveram por escopo a defesa de interesses da classe dos militares de Minas Gerais. A União tem hoje plena consciência de sua importância no quadro das associações de classe ligadas às forças militares do Estado. Sabe que é, dentre todas, a que ocupa o espectro mais amplo, já que, em cortes horizontais, abrange todos os níveis hierárquicos e, em cortes verticais, os segmentos da ativa, da reserva e os reformados, policiais e bombeiros militares e suas pensionistas.

A União também sabe que a defesa de interesses classistas de militares precisa necessariamente acontecer em clima de disciplina e, sempre que possível, em harmonia com os comandos das forças, às quais nós, os militares que as integramos, estamos vinculados.

O ideal é que os interesses das forças e da classe sejam sempre harmonizados, mas é imperioso reconhecer que há situações em que os comandantes das forças públicas, PMMG e CBMMG, encontram-se com sua capacidade de ação restringida em razão de conflitos entre os interesses classistas a serem defendidos e a existência de diretrizes governamentais a cumprir. Nesses momentos, os comandantes sabem que podem contar com a União dos Militares, que não está sujeita a outra diretriz que não seja a de lutar pelo interesse da família militar mineira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a UMMG tem passado e orgulha-se dele, mas não perde de vista o seu futuro.

O Estatuto dos Militares de Minas Gerais, Lei nº 5.301, de 16/10/69, em seu art. 3º, diz que o militar, na carreira, pode encontrar-se na situação de atividade, na reserva ou reformado. Vale dizer: uma vez militar, militar para o resto da vida. E, por circunstâncias que tem a ver com a necessidade de oxigenação dos quadros, o número de militares inativos está em crescimento. Urge então que sejam criados mecanismos de aproveitamento dessa mão-de-obra altamente qualificada, representada pelos militares inativos, pelo menos na faixa entre os 50 e os 65 anos, talvez um pouco mais, e cuja aptidão para o serviço policial de rua, no duro embate diário contra o crime e o criminoso, apresenta-se diminuída. Essas pessoas, ou pelo menos muitas delas, ainda mantêm uma elevada capacidade de prestação de serviços compatíveis com sua idade. Não é difícil identificar tarefas às quais elas poderiam ser - e se sentirem - mais úteis à sociedade.

Apenas para citar um exemplo, certo de que muitos outros poderiam ser mencionados, lembro a parceria estabelecida pelo Comandante-Geral da PM, Cel. Hélio dos Santos Júnior, com o programa conhecido no Brasil como JCC, Jovens Construindo a Cidadania ou Jovens contra o Crime.

Alguns dos projetos específicos já conhecidos no Brasil, e outros que por análogos podem ser a eles acoplados, parecem-nos bastante apropriados ao aproveitamento da mão-de-obra de homens e mulheres que, mal saídos dos 50 anos, dificilmente encontram uma ocupação na iniciativa privada. São homens que trabalharam a vida toda em atividades ligadas à defesa social, provida pelo Estado e sem paralelo na vida civil. Depois de algumas incursões na atividade privada, muitas delas ligadas à segurança particular, clandestina, essas pessoas acabam considerando-se inúteis, entregando-se ao ócio e a suas conseqüências. No momento, estamos difundindo essa idéia junto aos nossos líderes,

mostrando o quanto ela pode ser útil aos militares e mesmo ao Estado, na execução das políticas sociais, dentro do conceito constitucional de defesa social.

Sr. Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que ensejou a realização desta reunião especial, desejo, neste momento, em nome da entidade que presido, agradecer a V. Exa. a iniciativa da homenagem que o povo de Minas Gerais, por seus lúdimos representantes, presta à UMMG. Estendo esse agradecimento aos demais parlamentares integrantes desta egrégia Assembléia Legislativa, o que faço na pessoa de seu insigne Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho. Às autoridades, presentes ou representadas, e aos demais convidados, meus sinceros agradecimentos pelo prestígio que sua presença confere a este momento solene. Muito Obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o 2º-Ten. PM Antônio Vicente Soares, que cantará as músicas "Amigos para Sempre" e "Tudo Que Se Quer", de Andrew Lloyd Weber, e será acompanhado pelo Conjunto de Câmara da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Cel. PM Dorgival Olavo Guedes Júnior, Presidente da União dos Militares do Estado de Minas Gerais, em nome de quem cumprimento todos os demais membros da diretoria e componentes dessa instituição homenageada no dia de hoje pelos seus 60 anos de existência; Exmo. Cel. PM Eduardo Mendes de Sousa, Chefe do Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais; Exmo. Cel. PM Itamar de Oliveira Pacheco Filho, Comandante da 14ª Região da Polícia Militar, com muita alegria e orgulho sediada em Curvelo, minha terra, quase meu conterrâneo, que, em pouco tempo de estada, já conseguiu angariar a amizade do povo de Curvelo e da região, e aqui representa o Comandante-Geral Cel. PM Hélio dos Santos Júnior; Exmo. Cel. PM Antônio Damásio Soares, Chefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros Militar e Subcomandante-Geral, representando o Exmo. Cel. PM José Honorato Ameno, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; ilustre Vereador Anselmo José Domingos, representante da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que nos traz uma grande alegria por estar aqui; Exmo. Cel. PM QOR José Barroso de Resende Filho, Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM -; Exmo. Deputado Estadual Arlen Santiago, colega médico, amigo e autor do requerimento que deu origem a esta reunião, que, num momento iluminado, teve a idéia extraordinária de prestar esta justa homenagem na noite de hoje; colega amigo e Deputado Domingos Sávio, que nos honra com sua presença. Não poderia deixar de mencionar a banda de música do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, que também nos brindou lá em cima com belas músicas, regida pelo 1º-Ten. Elias Garcia; esse maravilhoso Conjunto de Câmara da Polícia Militar de Minas Gerais, magistralmente regida pelo 2º-Ten. Marco Aurélio Araújo Lacerda; e o 2º-Ten. Antônio Vicente Soares, que nos brindou com essas duas músicas belíssimas, mostrando seu dom. Quero também cumprimentar a Ten. Jaqueline, na pessoa de quem cumprimento a mulher militar PM ou BM de Minas Gerais e todas as mulheres mineiras. Cumprimento ainda a demais autoridades aqui presentes, a imprensa, o público que nos vê das galerias, os telespectadores da TV Assembléia e os funcionários desta Casa.

Senhoras e senhores, as seis décadas de história da União dos Militares do Estado de Minas Gerais que hoje comemoramos representam uma belíssima luta pelo constante apoio a várias gerações de policiais e bombeiros militares, que, cumprindo seu dever, sempre souberam honrar os nobres valores e tradições de sua corporação. São valores que remontam ao surgimento de Minas Gerais, já que nossa Polícia Militar foi criada em 1775, tendo como vulto exponencial o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, que a história consagrou como Tiradentes, o líder heróico dos inconfidentes, que instituíram a liberdade como o ideal maior de nosso povo.

Cada um de nossos militares reformados ou da reserva merece ser homenageado por ter participado, com o exemplo de seu brio e de sua solidariedade, da edificação de uma instituição sólida e respeitada, reputada como a melhor Polícia Militar do Brasil. Criada no ano de 1948 com o nome de União dos Reformados da Polícia Militar, a associação nunca deixou de lutar pelo interesse dos policiais, congregando desde o Soldado até o Coronel e amparando fortemente seus familiares. Distribuindo diversos benefícios e prestando serviços de saúde, vem permanentemente zelando pelo respeito aos direitos dos associados e abraçando suas causas.

Ao reconhecer a merecidíssima importância da UMMG, celebramos o bem-estar dos militares, guardiães zelosos de nossa segurança e tão engajados na paz social, sobretudo por suas atividades de prevenção voltadas para a educação dos jovens e seu afastamento do mundo do crime e das drogas. Nossa comunidade, sobretudo nos meios mais carentes, vem aprendendo com os militares a desenvolver hábitos de solidariedade, amizade e confiança. Valorizando o passado, reconhecendo a grande contribuição dos que se retiraram da vida ativa, estamos também valorizando o futuro, porque é o exemplo dos antigos que desperta a vocação nas novas gerações que se encarregarão da ordem social tão necessária ao aprimoramento da cidadania.

Na pessoa do Presidente da União dos Militares do Estado de Minas Gerais, cumprimentamos cada um de seus associados e seus familiares, que, congregados, têm sabido manter a chama e o entusiasmo que sempre caracterizaram os policiais e os bombeiros militares de Minas Gerais. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 6, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/6/2008

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Alencar da Silveira Jr.; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Acordo de Líderes; Decisão da Presidência - Requerimentos dos Deputados Gustavo Valadares e Dalmo Ribeiro Silva; aprovação - Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 486/2007; renovação da votação do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 521/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.431/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.686/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 429/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.448/2007; aprovação com a Emenda nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.973/2007; requerimento do Deputado Gustavo Valadares; aprovação do requerimento - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.978/2008; discursos dos Deputados Antônio Júlio e Lafayette de Andrada; questão de ordem; discurso do Deputado João Leite; votação do projeto, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; rejeição - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.048/2008; requerimento do Deputado Gustavo Valadares; aprovação do requerimento - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.165/2008; requerimento do Deputado Gustavo Valadares; aprovação do requerimento - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.430/2008; aprovação - Discussão,

em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.440/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, gostaria que o Deputado Dalmo Ribeiro Silva procedesse à leitura do trecho que fala sobre o Campeão Mineiro, pois não entendi isso muito bem.

O Sr. Secretário - Perfeitamente, Deputado Alencar da Silveira Jr. (- Lê:)

"...Paulo Cesar e outros, solicitando a convocação de reunião especial para homenagear o Cruzeiro Esporte Clube pela conquista do Campeonato Mineiro de 2008,...".

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, acredito que o Deputado Paulo Cesar está um pouco enganado, pois o Campeão Mineiro de 2008 é o América Futebol Clube. Não entendo o porquê de o Deputado Paulo Cesar dizer isso. Ele deve estar enganado. A ata está correta e não merece correção, mas o Campeão Mineiro é o América.

O Sr. Secretário - Esclareço ao Deputado Alencar da Silveira Jr. que o Cruzeiro é o Campeão Mineiro da Primeira Divisão.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Isso é simplesmente um detalhe. Então, V. Exa. teria de ter dito Campeão Mineiro da Primeira Divisão, porque o Campeão Mineiro mais recente é o América, não importando que seja do Módulo I ou do Módulo II. V. Exa. tem de entender que isso é um detalhe. Concordo com a ata, mas gostaria de lembrar que o Campeão Mineiro que realmente disputou o campeonato em todo o interior de Minas Gerais foi o América, que fez jus a essa conquista.

O Sr. Secretário - Sugiro que V. Exa. apresente um requerimento solicitando a realização de uma reunião especial em homenagem ao América.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

Acordo de Líderes

A totalidade dos Líderes com assento nesta Casa acordam seja o Projeto de Lei nº 89/2007 retirado da pauta desta reunião.

Sala das Reuniões, 3 de junho de 2008.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência acolhe o Acordo e determina seu cumprimento.

Mesa da Assembléia, 3 de junho de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Gustavo Valadares, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.430/2008 seja apreciado em primeiro lugar, entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.440/2007 seja apreciado em segundo lugar, entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 486/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe aos restaurantes, aos bares, às casas noturnas e aos estabelecimentos congêneres a prática da obrigatoriedade de consumo mínima e dá outras providências. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A Presidência vai renovar a votação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 486/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

A Presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição, mas que há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que descreve ao Município de Passa-Tempo. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 521/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.431/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.686/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 429/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que disciplina o funcionamento de estabelecimentos comerciais de desmonte de veículos automotores e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Segurança Pública. Em votação, o Substitutivo nº 2. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 429/2007 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Segurança Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.448/2007, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ferros o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.448/2007 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.973/2007, do Governador do Estado, que altera as Leis nºs 15.462, de 13/1/2005, e 15.786, de 27/10/2005, e a Lei Delegada nº 175, de 26/1/2007, e dá outras providências. Vem à Mesa requerimento do Deputado Gustavo Valadares em que solicita o adiamento da votação do projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas fatais dos incêndios ocorridos nas cadeias públicas localizadas nos Municípios de Ponte Nova e de Rio Piracicaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, essa compensação que o governo resolveu pagar às famílias das vítimas dos Municípios de Ponte Nova e Rio Piracicaba é da maior importância para elas. Mas queria suscitar uma questão, Sr. Presidente, aqui estamos indenizando as famílias dessa chacina, que poderá acontecer também em Pará de Minas, na Penitenciária Pio Canedo, pois lá os presos estão sem água. A penitenciária está sem água, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, porque o Diretor não tem R\$500,00 para comprar válvulas para resolver o problema, e a água está sendo jogada fora. Com isso, são obrigados a fechar o registro, e os 400 presos daquela penitenciária estão sem água. Daqui a uns dias, pelo visto, estaremos votando aqui outro projeto indenizatório, porque os presos estão ameaçando fazer um grande motim, uma grande rebelião - é uma penitenciária nova -, pois o Estado não tem a sensibilidade daqueles que estão administrando o sistema penitenciário.

Vou dizer algo importante: hoje paguei R\$500,00 para evitar essa chacina e para que, daqui a algum tempo, não tenhamos de pagar indenização para os presos. Tentamos contatar a Secretaria de Assuntos Penitenciários durante uma semana, e não conseguimos. Ontem, disse ao funcionário: amanhã, apresentarei a nota fiscal para mostrar a irresponsabilidade daqueles que estão no sistema penitenciário de Minas Gerais.

Encaminho a votação para a aprovação desse projeto, mas, Deputado Mauri Torres, Líder do Governo, se essas pessoas que cuidam do sistema penitenciário do nosso Estado não tiverem responsabilidade, dentro de pouco tempo teremos de votar outro projeto indenizatório. Às vezes, isso nos deixa revoltados. Como sei que lá haverá um problema sério, hoje comprei as válvulas e mandei instalá-las. A Secretaria sabe disso.

Hoje aprovamos requerimento na Comissão de Segurança Pública para deixar bem claro que poderá acontecer uma chacina. Não gostaríamos que acontecesse o que ocorreu em Ponte Nova e Rio Piracicaba. Aliás, essas chacinas foram anunciadas com muita antecedência. As coisas de

governo, Deputado Mauri Torres, estão passando despercebidas, porque hoje os que tomam decisão pensam que estão acima das leis; perderam o senso de responsabilidade, de limite e acham que nada acontecerá.

Estou aqui denunciando. Este documento, que está em minhas mãos e em que se pedem providências, Sr. Presidente, apresentei-o na Comissão de Segurança Pública, porque não quero voltar aqui dentro de um curto prazo para aprovar indenizações para vítimas do sistema carcerário de Minas Gerais. Lá, o sistema está funcionando bem, os presos estão trabalhando, estudando, têm atenção médica, odontológica, psicológica, psiquiátrica, etc., mas poderá haver uma rebelião porque não há água. Ninguém vive sem água. Está faltando água na caixa d'água, que se enche e derrama, não chegando até as celas. É preciso comprar 50 válvulas, Deputado Hely Tarquínio, ao custo de R\$9,00 cada uma, ou seja, no total são R\$450,00. Com isso, Deputado Lafayette de Andrada, os 400 presos estão sem água. A situação é grave. Estou denunciando, falei na Secretaria, mas não me dão ouvidos. Ligaram para o Chefe da penitenciária e mandaram que fizesse um pedido, que seria encaminhado para uma comissão, depois para outra comissão para, daqui a cerca de um ano, se Deus ajudar, a situação ser resolvida.

Estou denunciando o pouco caso que essas pessoas têm com o sistema carcerário e com o sistema penitenciário, porque a falta de água desespera qualquer um - e estamos falando de 400 pessoas. Se realmente fosse um problema grave para se resolver, tudo bem, mas lá há água, só que ela não chega às celas porque é necessário fazer alguns reparos ao custo de R\$9,00 cada um, Deputado Paulo Guedes. É preciso resolver isso com urgência para se evitar uma chacina. Estou resolvendo o problema das 50 primeiras celas, retirando recursos do meu bolso. Comprei R\$500,00 de válvulas - isso não nos deixará mais pobres -, pois o governo está passando por dificuldades financeiras. A Cemig não tem recursos, pois tem de dar dinheiro aos acionistas. Não quero que seja noticiado, em nível nacional, que em Pará de Minas, minha cidade, fomos negligentes e não tentamos solucionar um problema tão simples e simplório. A burocracia que se implantou no sistema é terrível.

Sr. Presidente, votamos a favor desse projeto. Acompanhamos essas chacinas de Ponte Nova e de Rio Piracicaba, que foram anunciadas com antecedência. Por isso, o governo sentiu-se na obrigação de indenizar as famílias. Estou aqui também anunciando que, se não houver uma intervenção rápida no sistema de abastecimento de água, teremos na Penitenciária Pio Canedo, de Pará de Minas, uma rebelião. Sabemos que ela ocorrerá, mas não temos a mínima capacidade de saber e de prever como irá terminar.

Fica aqui nosso encaminhamento pela aprovação deste projeto de lei, mas aproveito a oportunidade para fazer essa denúncia grave, séria, porque, infelizmente, não temos com quem falar neste governo.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Este projeto autoriza o governo de Minas a pagar indenização às famílias das vítimas fatais dos incêndios ocorridos nas cadeias de Ponte Nova e de Rio Piracicaba. Jamais algum Estado, assim como fez Minas Gerais, reconheceu prontamente sua culpa, porque quem comanda, quem gere as cadeias e os presídios, é o Estado, que se antecipou, fazendo o "mea culpa" e propondo indenização às famílias, o que nunca foi feito antes. Nos outros Estados, as famílias entram na Justiça, passam anos e anos lutando nos tribunais e, quando ganham, é lançado um precatório que vai para o final da fila, e só recebem a indenização 20 anos depois. Assim acontece nos outros Estados. Minas Gerais reconheceu o erro, e o Governador propôs o pagamento da indenização. É o contrário. Esta é nossa administração.

Deputado Antônio Júlio, é importante salientarmos que até recentemente as cadeias públicas eram administradas pela Polícia Civil, que não é equipada para administrar cadeias. O atual governo de Minas criou a Superintendência de Administração Penitenciária, está retirando todas as cadeias, todos os presídios das mãos da Polícia Civil, criando um corpo treinado especificamente para que não ocorra o que aconteceu em Ponte Nova e em Rio Piracicaba.

Sr. Presidente, o governo do Estado agradece uma vez mais essa prova de patriotismo e de amor a Minas Gerais oferecida pelo Deputado Antônio Júlio, qual seja a contribuição para o conserto das caixas de água naquele presídio.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Só queria dizer ao Lafayette que lá realmente foi incêndio, mas foi um incêndio com todas as características de crueldade. Foram assassinadas quase 40 pessoas. Não queremos que isso aconteça em Minas Gerais. Não é questão de patriotismo, é de responsabilidade, porque conheço e sei das denúncias feitas pela imprensa sobre Pará de Minas; porém, não vejo, por parte da cúpula da defesa social, a mesma responsabilidade. Estou antecipando. Jamais queria defender um projeto do governo que está pagando indenização porque algumas pessoas morreram. Em hipótese nenhuma. Não é nosso feito. Não se pode vangloriar disso, Deputado Lafayette de Andrada, porque o Estado de Minas Gerais foi responsável por essas mortes. Não interessa se foram por incêndio, por afogamento ou por tiro. O que interessa é que o Deputado João Leite disse, antecipadamente, que ia acontecer. Todo o mundo sabia que ia acontecer. E digo que também vai acontecer em Pará de Minas, se não tomarem providências rápidas. Estou aqui renunciando uma tragédia. Farei essa doação com o maior prazer. Não é patriotismo, é responsabilidade de quem gosta das pessoas, de quem gosta do ser humano. Jamais gostaria de estar aqui aprovando indenização, principalmente para famílias que perderam entes queridos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, o sistema penitenciário de Minas Gerais nunca recebeu um tratamento como o que o atual governo lhe tem dispensado. Cito sempre os números relativos à CPI Carcerária de 1997, quando o sistema penitenciário tinha 2.300 internos, enquanto a Polícia Civil era responsável por 10 mil presos. Hoje, o sistema penitenciário em Minas Gerais tem 24 mil internos, ao passo que 15 mil estão a cargo da Polícia Civil. Até o final do ano, quando o governo do Estado entregará as novas unidades, o sistema penitenciário de Minas Gerais terá 28 mil internos. Estamos falando de 10 anos. Nunca um governo fez tanto pelo sistema penitenciário quanto o governo de Minas Gerais, o governo Aécio Neves tem feito.

Temos uma Subsecretaria de Administração Prisional, também, pela primeira vez em Minas Gerais, administrada por alguém oriundo da luta pelos direitos humanos, o Prof. Genilson Zeferino, da Anistia Internacional. É o primeiro militante dos direitos humanos a ocupar um cargo na administração prisional em nosso Estado. Portanto, Sr. Presidente, temos de lembrar e de reconhecer o trabalho que vem sendo realizado. Espero que, num futuro próximo, a Polícia Civil de Minas Gerais esteja totalmente liberada para cumprir o seu papel constitucional de Polícia Judiciária e Investigativa e que o Sistema Penitenciário fique com a Subsecretaria de Administração Prisional. Assim, teremos, cada vez mais, uma segurança melhor em Minas Gerais, com uma polícia liberada para o seu trabalho de segurança.

Vimos e acompanhamos o avanço do sistema - e observem - sem os recursos do Fundo Penitenciário Nacional, que Minas Gerais não vem recebendo, infelizmente. Com recursos do Tesouro, que esta Assembléia Legislativa, a cada ano, tem aprovado no Orçamento do Estado de Minas Gerais, é que o governo tem feito essa verdadeira revolução no sistema penitenciário.

Lamentavelmente, ocorreram esses casos em Ponte Nova e em Rio Piracicaba, com unidades que ainda estavam sob o comando da Polícia Civil. Onde existe sistema penitenciário sob a administração da Secretaria de Administração Prisional, a situação é outra, e a Assembléia Legislativa tem dado a sua contribuição para o avanço do tratamento prisional em Minas Gerais. Obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.978/2008. À Comissão de Direitos Humanos.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.048/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Leopoldina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Vem à Mesa requerimento do Deputado Gustavo Valadares, solicitando o adiamento da votação do projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.165/2008, do Governador do Estado, que altera o art. 1º e o seu parágrafo único da Lei nº 16.262, de 18/7/2006, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à União. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Vem à Mesa requerimento do Deputado Gustavo Valadares solicitando o adiamento da votação do projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.430/2008, da Mesa da Assembléia, que institui o Adicional de Desempenho - ADE - no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Mesa da Assembléia.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.440/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera a Lei nº 16.322, de 4/9/2006, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frutal o imóvel que especifica e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.440/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Questão de Ordem

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Apenas para comunicar a esta Casa o falecimento, anteontem, em Montes Claros, do reconhecido jornalista Ruy Ritler Pinheiro Teixeira, que deixou uma extensa tarefa realizada, um grande e profícuo trabalho em favor da nossa cidade, como idealista que sempre foi. Peço que essa ocorrência, esse ato, seja comunicado à família enlutada. O jornalista Ruy Hitler Pinheiro Teixeira era uma das maiores expressões em jornalismo da nossa cidade, um dos precursores do jornalismo de Montes Claros e da região Norte de Minas.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 4, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/6/2008

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento da Deputada Elisa Costa; aprovação - Inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.973/2007; requerimento da Deputada Elisa Costa; deferimento; votação do projeto, salvo emendas e destaque; aprovação; votação das Emendas nºs 1 a 5; aprovação; votação das Emendas nºs 7 a 9; rejeição; votação da Emenda nº 6; discurso do Deputado André Quintão; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; declarações de voto - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 523/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Chico Uejo - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Neider Moreira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 429, 486, 521, 1.431, 1.440, 1.448 e 1.686/2007, 1.978 e 2.430/2008, apreciados na extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento da Deputada Elisa Costa solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 532/2007 seja apreciado em primeiro lugar, entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

A Presidência verifica, de plano, que, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 7, não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição, mas que há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.973/2007, do Governador do Estado, que altera as Leis nº 15.462, de 13/1/2005, nº 15.786, de 27/10/2005, e a Lei Delegada nº 175, de 26/1/2007, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresentou. A Comissão de Administração Pública perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 5, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela rejeição das Emendas nºs 6 a 9. Vem à Mesa requerimento da Deputada Elisa Costa solicitando a votação destacada da Emenda nº 6. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emendas e destaque. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 5. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Em votação, as Emendas nºs 7 a 9. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Votação da Emenda nº 6. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, para que os Deputados que estão acompanhando a votação tenham conhecimento, essa emenda foi amplamente discutida com os servidores da área da saúde em audiência pública. Temos debatido, há alguns meses, a questão proposta pelo governo, que vai na contramão do movimento dos trabalhadores no plano nacional, internacional e no Congresso Nacional. O governo quer ampliar para 40 horas a jornada de trabalho de servidores que já trabalham muito e ganham pouco, sob condições de estresse e de extenuação. O governo mostrou-se inflexível durante todo esse período para buscar uma alternativa de mediação. Sr. Presidente, faço um apelo às Deputadas e aos Deputados, pois esta Casa tem autonomia, ela não é extensão do Palácio da Liberdade e pode votar ao lado dos trabalhadores. Esta não é uma questão de governo simplesmente, até porque nesse aspecto o governo está dividido. Tinha gente no governo que sinalizou para um acordo. Não entendo essa inflexibilidade, que não é comum nas negociações nesta Casa. Por vários dias, por vários meses, tentamos buscar um ponto comum. Tenho a certeza de que todos os membros que integram a Comissão de Administração Pública votarão conosco, porque a Comissão assumiu um compromisso pelas 30 horas. Evidentemente somos pela manutenção das 30 horas, emenda do Deputado Padre João. Em nome da bancada, queremos a aprovação desta emenda. Estamos retirando o dispositivo das 40 horas. Ontem, na Comissão de Administração Pública, com nosso voto a favor, porque era um projeto importante, aprovamos um reajuste médio de 15% para os servidores do Ministério Público Estadual. O projeto reduz a jornada de trabalho no Ministério Público, de 40 para 35 horas. A base de governo votou pela redução. Então, hoje, por questão de coerência, também queremos a redução da jornada. Essa é uma emenda do Deputado Padre João, em nome da Bancada do PT-PCdoB, e também do Deputado Carlin Moura. Queremos a manutenção das 30 horas. É uma questão de justiça. Não é uma emenda corporativa, pelo contrário, a emenda atende o usuário do SUS, que será melhor atendido por um servidor em condições de trabalho mais adequadas. É o que queremos. Faço um apelo. Tentamos à exaustão uma mediação. Nesses momentos, esta Casa sempre busca um caminho de consenso. Sabemos da pressão que o governo exerce nesta Casa, mas hoje o que está em jogo é o atendimento ao usuário do SUS; o que está em jogo são condições de trabalho de servidores que já ganham pouco. O reajuste não foi de 100%, 80%, 70%, foi de 3%, 8%, 12%. Querem aumentar a jornada de trabalho em 40%, em 50%, mas o salário, não. Sr. Presidente, esta Casa sempre teve esse compromisso, tendo realizado várias audiências públicas. Solicitamos que a emenda do Deputado Padre João, em nome do Bloco PT-PCdoB e de vários Deputados que manifestaram apoio a esta causa, seja aprovada por este Plenário. É bom para a saúde, é bom para o servidor, é bom para o usuário e será bom para o governo, que não estará na contramão do movimento dos trabalhadores no Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 6. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

A Deputada Elisa Costa - Peço verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 14 Deputados. Votaram "não" 30 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 6. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.973/2007 com as Emendas nºs 1 a 5. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Declarações de Voto

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, saúdo o Plenário e, de maneira especial, os servidores da saúde da Asthemg, presentes no Plenário. Cumprimento, neste momento, todos os Deputados. Registramos o nosso voto favorável em nome da Bancada. Diversos Deputados votaram a favor dessa emenda, e lamento que a maioria do Plenário tenha registrado voto contrário. Este projeto tem uma importância fundamental. Há vários meses, debatemos este projeto com o governo e, especialmente, com os servidores do Estado, que, bem como a saúde de Minas Gerais, precisam de muitos cuidados. Quero deixar registrado o empenho da categoria, por meio de suas diversas organizações, sobretudo a Asthemg, que se manifestou aqui todo o tempo, querendo que este projeto avance, para que a saúde em nosso Estado tenha qualidade, os servidores sejam valorizados e haja mais recursos para o bem dos mineiros e de todos. Essa emenda teve o cuidado especial de manter a jornada de trabalho desses servidores em 30 horas, especialmente nos hospitais, onde há cuidado e estresse permanente. A manutenção das 30 horas é

fundamental para a qualidade da saúde e dos servidores de Minas Gerais. Temos grande preocupação com o aumento da jornada de trabalho, o que está na contramão da história dos trabalhadores brasileiros. Aliás, hoje, outros Poderes pedem redução da jornada de trabalho. Queremos beneficiar os trabalhadores brasileiros e os mineiros, especialmente os mais sensíveis, como os da área da saúde do Estado, dos hospitais mineiros. Deixo aqui registrado o nosso compromisso com os trabalhadores da saúde e com a saúde do Estado. Faço ainda um apelo. Como votamos em 1º turno e teremos a chance do 2º turno, devemos sensibilizar esta Casa e o governo de Minas para que, no 2º turno, seja mantida a jornada de 30 horas para os trabalhadores da saúde de Minas. Muito obrigada.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, cumprimento os trabalhadores e as trabalhadoras da saúde que estão neste Plenário. Esclareço que, além de estar absolutamente convencido da importância da manutenção da jornada de 30 horas para os trabalhadores da saúde, fizemos nesta Casa, durante o último mês, intenso trabalho de convencimento junto à bancada governista, que, infelizmente, não ouviu o clamor desses trabalhadores e dessas trabalhadoras. Sr. Presidente, é importante deixar claro que, ao propormos o aumento da jornada de trabalho para 40 horas, prejudicaremos o atendimento dos usuários da saúde na ponta da linha. As pessoas que nos ouvem neste momento compreendem o que é o trabalho dos servidores da saúde, dos enfermeiros, em um pronto-socorro ou hospital altamente cheio, o que lhes causa profundo estresse. São esses trabalhadores que garantem o atendimento médico. Quando propomos o aumento da jornada de trabalho, sobrecarregamos esses servidores e pioramos as condições de atendimento nos hospitais públicos. Esse é o verdadeiro choque de gestão do Aécio Neves, que desconsidera o trabalhador. Durante o processo de discussão desse projeto na Casa, ficou demonstrado pelos trabalhadores que aqui estão que vários recebem menos de um salário mínimo líquido por mês, para o sustento da família. Enquanto o Governador propõe reajuste salarial que não passa de reposição da inflação, propõe o aumento da jornada de trabalho, indo na contramão do que se discute hoje em Brasília: a redução da jornada dos trabalhadores, sem redução salarial. Em Minas Gerais, discute-se o aumento da jornada de trabalho, o que não vai contribuir para a melhoria da qualidade do atendimento em nossos hospitais. O povo sabe muito bem o que está acontecendo nos hospitais públicos do Estado. Estamos tentando regulamentar a Emenda nº 29, para garantir que o dinheiro do orçamento chegue à saúde para não acontecer o que vem acontecendo em Minas Gerais: aqui, de verdade, só se investem 6% do orçamento na saúde. O resto vai para a febre aftosa, para a rede de esgoto, para transporte de técnicos da Emater e para a limpeza do Hotel de Araxá. Não se aplica no SUS. Se, em Brasília, fazemos um grande esforço para regulamentar e emenda constitucional, Minas Gerais dá um péssimo exemplo, porque não valoriza seus trabalhadores, não valoriza os que garantem um bom atendimento aos usuários do SUS. Deixo aqui o nosso registro. Estamos convencidos da importância da manutenção da jornada de 30 horas. Esperamos que, no 2º turno, prevaleça a palavra do relator do projeto, do Deputado Lafayette de Andrada. Ele chegou a dizer aos trabalhadores que estaria aberto ao diálogo, mas, até hoje, não sinalizou para isso. Queremos que, no 2º turno, o governo do Estado reflita e volte atrás em sua posição. Votar nas 40 horas é votar contra a saúde, contra o bom atendimento, é colocar a situação da saúde de Minas Gerais em condição ainda pior do que a atual.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Deputados, com imensa satisfação votamos "sim" pela aprovação da Emenda nº 6, que prevê a manutenção das 30 horas. Faço uma pequena correção na fala do ilustre Deputado Carlin Moura, pois, como observei, parte da bancada do governo votou favoravelmente, como os Deputados Ademir Lucas, Elmiro Nascimento e Inácio Franco. Há um contra-senso. Esta Casa analisa o projeto dos servidores do Ministério Público, em que se propõe uma redução de 40 para 35 horas. No caso dos trabalhadores da saúde, não houve bom senso para se chegar a um bom termo na manutenção das 30 horas. Qualquer cidadão de bom senso sabe que o profissional da saúde, o que lida com o desespero, com a doença psicológica dos que estão internados, precisa estar preparado para dar ao paciente a condição de recuperação. É preciso dar atenção e carinho psicológico durante o atendimento. Para isso, é necessário carga horária compatível com a atividade que desenvolve. Os trabalhadores da saúde precisam dessa tranquilidade. Esperamos que essa votação seja revertida em 2º turno. Pode ser que avancemos um pouco mais. Nesta Casa, há uma proposta de emenda à Constituição, pois os únicos trabalhadores do Estado de Minas Gerais - repito, os únicos - que não têm carga máxima definida em lei são os policiais e bombeiros militares. O Comando do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar instituiu 40 horas mínimas. Entretanto, a carga horária máxima pode ser determinada pelo Comando, que escala o servidor. Aproveito o momento dessa discussão relativamente à manutenção da carga horária dos trabalhadores da saúde, que é de importância fundamental, para chamar a atenção dos demais colegas. O projeto do Ministério Público passou pela Comissão de Constituição e Justiça, da qual sou membro efetivo, e está passando pelas demais comissões, prevendo uma carga horária de 35 horas, baixando de 40 horas para 35 horas. Enquanto isso, policiais e bombeiros militares são os únicos do Estado que não têm carga horária máxima definida em lei. Queremos alertar os companheiros da Bancada do PT desta Casa, bem como os Deputados da base, pois existe uma proposta de emenda à Constituição, e não queremos que os policiais e bombeiros militares continuem a trabalhar conforme o interesse, a vontade e a conveniência do seu Comandante, o que chega a ser desumano. Portanto, o nosso voto foi favorável à manutenção das 30 horas, para que o trabalhador da saúde possa ter realmente condições de atender e assistir, principalmente do ponto de vista psicológico, aquelas pessoas que necessitam da sua atenção, carinho e empenho. Portanto, o nosso voto foi pela aprovação da Emenda nº 6. Foi assim que votamos, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, declaro que nosso voto foi favorável à emenda que era supressiva e gratuita, então, uma jornada de 30 horas. Na minha fala, quero também destacar essa incoerência do governo e da maioria desta Casa, pois a jornada de trabalho dos médicos é de 24 horas. A incoerência ainda é acentuada pelo Deputado Sargento Rodrigues. Por que o projeto enviado para esta Casa pelo Procurador já recebeu aprovação na Comissão de Constituição e Justiça, reduzindo a jornada de trabalho do Ministério Público de 40 para 35 horas? Quero reconhecer o grande esforço da Asthemg, desde o ano passado, que, de certa forma, forçou o diálogo do sindicato com a bancada, na véspera do Natal. Havia a decisão de saírem de greve depois de tanto tempo, e a Secretaria de Planejamento nem sequer queria receber a Asthemg. Foi necessária uma obstrução no final do ano, em solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras da saúde. Então, não é de hoje, ou seja, não faltou tempo aos Deputados para repensar o assunto a fim de se fazer justiça e manter as 30 horas, garantindo uma qualidade de vida e um melhor atendimento tanto para o trabalhador como também para o paciente. Também expressei, na verdade, a nossa decepção em relação a essa injustiça. Por que pode para uns trabalhadores, como os médicos? Por que pode ser 24 horas para os médicos? Por que não pode para o setor da enfermagem, pelo menos, 30 horas? Por que já há toda essa sinalização de 35 horas para os trabalhadores do Ministério Público? Por que, para a área da enfermagem, nem sequer essa proposta foi feita? Então, Sr. Presidente, assim expressamos a nossa decepção em relação ao governo, que vai na contramão, como destacou o Deputado Carlin Moura. Enquanto, no governo federal se discute a redução, aqui aumentam a carga horária dos trabalhadores da enfermagem. São essas as nossas considerações de solidariedade a todos os trabalhadores. Não temos nem podemos desistir. Devemos continuar com união e organização, para buscar da Casa, ainda no 2º turno, uma tomada de consciência, garantindo a justiça para os trabalhadores da enfermagem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, quero declarar meu voto, embora ele tenha ficado bem claro no nosso painel, que mostrou a posição dos Deputados. Entre os Deputados do PMDB presentes aqui, pelo que constatei, a maioria votou a favor desta emenda, solidários aos colegas do PT, que têm, nesta Casa, uma bandeira de luta em prol dos trabalhadores, não diferentemente do PMDB. Há um princípio legal que diz que uma lei não retroage para prejudicar. Acredito que votar um projeto de lei, que, de forma muito clara, traz prejuízos para a classe trabalhadora, é um retrocesso. Gostaria de dizer, Sr. Presidente, que a classe não está precisando de aumento da carga horária, mas de aumento de salário. Se há um déficit na saúde quanto ao atendimento, que sejam admitidos mais trabalhadores e que se não aumente a carga sobre os trabalhadores de uma forma faraônica. Temos um registro bíblico na história em que um povo foi oprimido com uma excessiva carga de trabalho, o que resultou na formação de um povo amargurado, de um povo triste e de um povo doente. Não podemos ter doentes atendendo na saúde. Acredito, Sr. Presidente, que qualquer Deputado ou Deputada desta Casa não teria estômago para ficar 10 minutos na porta do Hospital João XXIII. A situação de "stress" com que os trabalhadores lidam é grave. Precisamos considerar que essas pessoas são pais e mães de família, são filhos e, como qualquer outro, são dotados de sentimentos e lidam essencialmente com a vida. Com todo o respeito ao trabalho de um mecânico, se ele errar na montagem de um motor, é apenas um erro de montagem de carro. Se ele passar uma chave errada para o oficial daquele trabalho, é apenas um motor de um carro. Mas, neste caso, não: estamos falando sobre vidas. As pessoas que hoje recorrem ao serviço de saúde já encontram uma precariedade muito grande. Assistimos à proposta da reedição de um imposto para a saúde, que, se fosse realmente para a saúde, ajudaria muito. No entanto, sabemos que isso não será aplicado na saúde. Alguns mecanismos estão sendo usados para, de alguma maneira, diminuir o impacto de gastos em determinadas áreas. Creio que há outras áreas em que podemos fazer economia no governo do Estado, mas, na saúde, é preciso que seja feito um investimento maior. O saneamento também é considerado uma questão de saúde. Pode ser uma questão de saúde? Sim, mas há controvérsias. O bom-senso manda-nos refletir e nos diz que o que já está conquistado deve ser mantido. Essa é a nossa posição. Essa é a nossa defesa em favor dos trabalhadores da saúde. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Weliton Prado - Parabenizo o Sind-Saúde e a Asthemg pela luta e pela mobilização. Nosso País é deste jeito: temos de pressionar para conseguir as coisas; e, mesmo assim, infelizmente, vemos resultados como este. O Brasil sempre foi marcado por injustiças, pelo mau uso do dinheiro público, pela corrupção, pelas desigualdades. Estamos avançando em muitos aspectos, mesmo engatinhando, mas não podemos, de forma nenhuma, permitir andar para trás como caranguejo. E é isso que está acontecendo aqui. Em vez de se discutir o aumento de salário real e substancial, infelizmente está-se discutindo aumento de jornada de trabalho. Não dá para entender as incoerências, e são elas que indignam os servidores. Outra incoerência: só de ICMS, o Estado arrecadará em torno de R\$25.000.000.000,00. Há alguns anos, quando o Governador Aécio Neves tomou posse, o orçamento total do Estado era R\$17.000.000.000,00. A arrecadação atual do ICMS é quase duas vezes o valor do orçamento do início do mandato. Pergunto: "de lá para cá, o salário de vocês, por acaso, dobrou ou triplicou?". Isso não aconteceu. Então, há incoerência aí. Outra incoerência foi corretamente apontada pela Deputada Elisa Costa, pelos Deputados Carlin Moura e Padre João e por outros Deputados que também fizeram uso da palavra. É justo que o médico tenha jornada de 24 horas? Tudo bem. Está certo. Concordamos. O projeto de 35 horas do Ministério Público tramitou por todas as Comissões da Casa e foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Somos favoráveis e votaremos a favor. Mas onde fica o princípio da isonomia? Por que os trabalhadores da saúde não têm o mesmo direito? Por que pode para os médicos e para vocês não pode? Isso é o que causa indignação. Vocês convivem com permanente pressão, com grande demanda. Com certeza, a área da saúde é a mais problemática do Estado. Há problemas de gestão e de falta de investimento. O governo gasta muito pouco com a saúde, não cumpre todos os dispositivos legais e não valoriza os trabalhadores, que, praticamente, sustentam o sistema de saúde. De forma heróica e sob pressão, vivendo sob estresse permanente, recebendo salários baixos, muitas vezes sem condição de pagar conta de luz, de água ou de comprar um tênis ou material escolar para o filho, são vocês que garantem o atendimento à população na área da saúde. Realmente, é de indignar essa situação. É muito importante que vocês continuem a mobilização e a pressão. Só assim, poderemos fazer reverter esse quadro. Não podemos abaixar a cabeça. Vocês fizeram um trabalho excelente de mobilização nesta Casa durante vários meses. Conversaram com os Deputados, mas isso não foi suficiente. Vocês, no entanto, não podem desistir. Continuem com a mobilização, com a pressão, e podem contar com nosso apoio. Esperamos que os Deputados se sensibilizem na votação em 2º turno. Infelizmente, esta Casa não tem a autonomia que deveria ter. Deveria ser totalmente independente em relação ao Palácio de Governo. Infelizmente, isso não acontece. Por isso, a mobilização dos trabalhadores é muito importante. Parabéns pela luta, e continuem lutando.

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 532/2007, do Deputado Carlin Moura, que institui o Bolsa-Atleta no âmbito do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, no 1º turno, o Projeto de Lei nº 532/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Educação.

Declarações de Voto

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, o projeto que acabamos de aprovar, em 1º turno, Projeto de Lei nº 532/2007, de minha autoria, é o exemplo maior da contradição que vivemos em Minas Gerais. Anteriormente à votação desse projeto, votamos o da saúde. O projeto da saúde é o exemplo do choque de gestão, que diminui investimentos do Estado na área social. Ele diminui investimentos para o trabalhador, que, no choque de gestão, não tem vez nem voz. Para o Governador do Estado, o servidor público tem pouca importância. Não é à toa que os trabalhadores da saúde tiveram, por meio de um projeto do governo, sua jornada de trabalho aumentada. Por outro lado, Sr. Presidente, o projeto que apresentei e que foi aprovado em 1º turno trata do Bolsa-Atleta, exemplo vivo do choque da inclusão social. Minas Gerais precisa do choque da inclusão social. Por esse projeto, as crianças, atletas amadores de Minas, poderão usufruir uma bolsa, que poderá transformá-los em campeões, em atletas competidores dos jogos olímpicos, dos Jogos Pan-americanos. Enfim, estamos preparando o Brasil para ser um celeiro de atletas de bons resultados, de atletas vitoriosos. Para tal, o poder público poderá contribuir muito, quando ajuda esses atletas a exercer suas atividades desportivas. Isso já está ocorrendo na esfera federal. O governo Lula implementou o Bolsa-Atleta, pelo Orçamento da União. Vários atletas medalhistas nos Jogos Pan-americanos foram atendidos pela bolsa federal. Uma vez aprovado, no 2º turno, este projeto, também poderá ajudar os nossos jovens, os nossos desportivos a ser vitoriosos. O que a juventude precisa é de uma oportunidade, é de uma mão amiga do poder público, que poderá diminuir as desigualdades sociais, as condições difíceis para a prática do esporte. Temos observado, nas andanças que temos feito pelo Estado de Minas Gerais, que vários jovens que praticam o futebol, o vôlei, o basquete, a natação, muitas vezes não conseguem dar prosseguimento ao seu treinamento, porque lhes falta um vale-transporte, um lanche, as condições mínimas. Com o Bolsa-Atleta, Sr. Presidente, esses jovens poderão continuar o treinamento. Vemos aqui o exemplo maior do choque de inclusão social. Percebemos, ainda, por meio das visitas feitas, que este Estado tem uma população carcerária enorme. A maioria da população carcerária é composta por jovens de 18 a 25 anos, que não teve oportunidade de um emprego nem de uma prática esportiva. Um preso custa, em média, R\$2.400,00 por mês. Poderemos fornecer uma bolsa-atleta singela a esses jovens, de R\$300,00, R\$400,00 por mês. Isso vai fazer uma diferença profunda na vida desses jovens, porque poderão transformar-se em campeões. Quero agradecer aos Deputados que apoiaram o projeto no 1º turno. Quero clamar todos os atletas, todos os amantes do esporte, todos aqueles que querem ajudar nossa juventude a sair dessa condição de exclusão social, que nos ajudem no 2º turno, para que o projeto possa entrar em pauta o mais rápido possível e se transformar em realidade no Estado de Minas Gerais.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o Deputado Carlin Moura pela aprovação, no 1º turno, do projeto que institui o Bolsa-Atleta. Sou testemunha do empenho do Deputado Carlin Moura, que acompanhou a tramitação do projeto em todas as comissões. Cuidou e zelou pelo projeto como a mãe cuida do filho. Demonstrou grande dedicação, fez gestões junto aos Deputados e às Lideranças desta Casa, para que fosse aprovado esse projeto, que é de grande alcance social para a juventude, porque pode resgatar muitos jovens, impedindo que entrem no mundo das drogas e do crime. Pode garantir até mesmo a recuperação de muitos jovens. Como disse, o projeto que institui o Bolsa-Atleta é de extrema importância, porque, por meio dele, como incentiva o esporte, poderão surgir futuros campeões em todas as modalidades esportivas. Infelizmente, em nosso país, são poucos os incentivos destinados ao esporte, com exceção de alguns incentivos federais. Essa lei deveria ter sido aprovada há muito tempo. Graças à iniciativa, ao empenho e à dedicação do Deputado Carlin Moura, conseguimos aprovar esse projeto no 1º turno. Esperamos que seja aprovado no 2º turno, saia do papel e se transforme em realidade no Estado de Minas Gerais. Obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/5/2008

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Fábio Avelar, Almir Paraca, Inácio Franco e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Antônio Júlio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Almir Paraca, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se

destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 725/2007, no 1º turno, para receber parecer sobre emendas de Plenário (Deputado Almir Paraca); e 1.970/2007, no 1º turno (Deputado Inácio Franco). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projetos de Lei nº 1.441/2007. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Pimenta em que solicita a realização de reunião conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Saúde para debater o programa de saneamento dos governos federal e estadual para os Municípios que compõem a Bacia do Rio São Francisco; e Almir Paraca em que solicita seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas - IEF - e aos demais órgãos de fiscalização do Sisema pedido para que implementem imediata ação fiscalizatória com o intuito de impedir de forma definitiva atividades degradantes que têm sido executadas dentro dos limites da Reserva Biológica de Sagarana, no Município de Arinos. A Presidência recebe os seguintes requerimentos, que serão apreciados oportunamente: do Deputado Doutor Viana em que solicita a realização de audiência pública em Araçuaí, para discutir, com os convidados que menciona, o plantio de eucalipto e o desenvolvimento sustentável na Chapada São Domingos, entre os Municípios de Araçuaí, Coronel Murta e Virgem da Lapa; e do Deputado Agostinho Patrús Filho em que solicita a realização de audiência pública para discutir, com os convidados que menciona, a poluição da Lagoa dos Ingleses. O Deputado Fábio Avelar, com a palavra, comunica o recebimento de documentação encaminhada pela Copasa-MG, referente às intervenções no entorno da Linha Verde. O Presidente recebe o documento e solicita que seja encaminhada cópia dele à Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda. Os Deputados Antônio Júlio, Fábio Avelar, Almir Paraca e Sávio Souza Cruz tecem comentários a respeito da reunião conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo realizada no Município de Congonhas, em 26/5/2008, para discutir o decreto que trata da desapropriação de áreas na região para a implantação de distrito industrial. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2008.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Wander Borges - Fábio Avelar - Almir Paraca - Inácio Franco.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/5/2008

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Luiz Tadeu Leite e Carlos Pimenta (substituindo este ao Deputado Paulo Cesar, por indicação da Liderança do PDT), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Ademir Lucas. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a tratar de assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofício do Sr. Magno Malta, Senador e Presidente de CPI do Senado Federal (27/5/2008). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.431/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues (2), em que solicita seja enviado ofício ao Cel. Nilo Sérgio da Silva, Comandante do Policiamento da Capital, com pedido de cópias do termo de cooperação, com vistas às ações do Projeto São Cristóvão, firmado entre a PMMG e o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros - Setra-BH -, o Sindicato dos Donos de Postos de Combustíveis - Minaspetro - e o Sindicato Intermunicipal dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, Taxistas e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Minas Gerais - Sincavir -, tendo em vista informações do Ten. Cel. Rogério Andrade prestadas em reunião desta Comissão, em 26/5/2008; em que solicita seja enviado ofício ao Sr. Eduardo Nepomuceno de Sousa, Coordenador da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Patrimônio Público, encaminhando cópias das notas taquigráficas e fotografias apresentadas em reunião desta Comissão, realizada dia 26/5/2008; solicita, ainda, que sejam tomadas providências para a suspensão dos termos de cooperação que, porventura, tenham sido firmados; Ademir Lucas e Sargento Rodrigues, em que solicitam seja realizada reunião para, em audiência pública, discutir o Projeto de Lei nº 1.759/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente - Adalclever Lopes - Délio Malheiros.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/6/2008

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Hely Tarquínio, Neider Moreira, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.400, 2.405 e 2.410/2008 (Deputado Gilberto Abramo); 2.397, 2.402 e 2.407/2008 (Deputado Sebastião Costa); 2.398, 2.403 e 2.409/2008 (Deputado Delvito Alves); 2.396, 2.404 e 2.406/2008 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.411/2008 (Deputado Hely Tarquínio); 2.393, 2.395 e 2.412/2008 (Deputado Sargento Rodrigues); e 2.394, 2.399 e 2.408/2008 (Deputado Neider Moreira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.383, este com a Emenda nº 1, 1.994, 2.101 e 2.311/2008, os três na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 1.827/2007, este com as Emendas nºs 1 a 4 (relator: Deputado Hely Tarquínio); e 2.375/2008 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Neider Moreira). É convertido em diligência à Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática o Projeto de Lei nº 1.181/2007 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.010/2008 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 2.374/2008 (relator: Deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição) e 2.376/2008 (relator: Deputado Sebastião Costa). Os demais projetos da pauta não foram apreciados em virtude da verificação de inexistência de quórum. A Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Neider Moreira - Hely Tarquínio - Gilberto Abramo - Sebastião Costa.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 5/6/2008

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Walter Tosta e Ronaldo Magalhães, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: comunicação do Deputado Délio Malheiros, publicada no "Diário do Legislativo" de 22/5/2008; ofício-circular da Sra. Maria Karla Batista, Superintendente de Relações Institucionais da Aneel, publicado no "Diário do Legislativo" de 27/5/2008; ofícios do Sr. José Maria da Silva, de Pitangui, e do Sr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Aneel, publicados no "Diário do Legislativo" de 30/5/2008, e do Sr. Vital do Rêgo Filho, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, publicado no "Diário do Legislativo" de 31/5/2008. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.434 e 2.515/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Padre João em que solicita seja realizada audiência pública para debater e dar encaminhamentos à questão da cobrança dos minutos por acesso à internet pela Telemar Norte Leste S.A.; Fábio Avelar em que solicita seja realizada audiência pública nesta Casa para debater assuntos referentes aos termos proibitivos do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC -, celebrado entre a Copasa-MG, o Ministério Público e os Municípios de Minas Gerais; Délio Malheiros e Célio Moreira (2) em que solicitam sejam realizadas audiências públicas para discutir questões relativas à prestação de serviços de TV por assinatura, bem como a nova regulamentação editada pela Anatel e para debater a situação dos Procons instalados no interior do Estado e as formas de incentivo à criação de outros postos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2008.

Délio Malheiros, Presidente - Antônio Júlio.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 10/6/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para realização do seminário legislativo "Minas de Minas".

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

(Regimental)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 10/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.450/2008, do Deputado Dinis Pinheiro.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 540/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 593/2007, do Deputado Weliton Prado e do Deputado

Vanderlei Jangrossi; 1.178/2007, da Deputada Elisa Costa; 1.496/2007, do Deputado Bráulio Braz; 1.723/2007, do Deputado Wander Borges; 1.874/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.931/2007, do Deputado Durval Ângelo; 2.030/2008, do Deputado Irani Barbosa; 2.058/2008, do Deputado Gustavo Valadares; 2.230/2008, do Deputado Gilberto Abramo; 2.342/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.353/2008, do Deputado Gilberto Abramo; 2.371/2008, do Deputado Fahim Sawan; 2.423/2008, do Deputado Leonardo Moreira; 2.431/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 867/2007, do Deputado Sebastião Costa; 2.397 e 2.398/2008, do Deputado Luiz Tadeu Leite; 2.407/2008, do Deputado Carlin Moura; 2.408/2008, do Deputado Mauri Torres; 2.409/2008, do Deputado Wander Borges; 2.411 e 2.412/2008, do Deputado Lafayette de Andrada.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 10/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.351/2008, do Deputado Célio Moreira.

Requerimentos nºs 2.522/2008, do Deputado Bráulio Braz; 2.533/2008, do Deputado Doutor Viana; 2.549/2008, do Deputado Domingos Sávio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 10/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.550/2008, do Deputado Fahim Sawan; 2.552/2008, da Deputada Gláucia Brandão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 10/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.357/2008, do Deputado Padre João; e 2.364/2008, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 10/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 617 e 1.160/2007, do Deputado Weliton Prado; 1.611/2007, do Deputado Doutor Viana; 1.718/2007, da Deputada Elisa Costa; 1.827/2007, do Tribunal de Contas; e 2.098/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.519/2008, do Deputado Carlin Moura; 2.553/2008, da Deputada Gláucia Brandão; 2.554/2008, do Deputado Jayro Lessa; e 2.557/2008, da Comissão de Segurança Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 10/6/2008, destinada à realização do seminário legislativo "Minas de Minas".

Palácio da Inconfidência, 9 de junho de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 10/6/2008, destinada à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 11/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que acrescenta parágrafo ao art. 174 da Constituição do Estado; e 40/2007, do Governador do Estado, que altera o § 1º do art. 24 da Constituição do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 1.022/2007, da Deputada Elisa Costa, que altera a Lei nº 12.733, de 30/12/97, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado; 1.397/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dá nova redação ao inciso V do art. 2º da Lei nº 13.449, de 10/1/2000, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Pró - Confins - e dá outras providências; 1.420/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Cortes o imóvel que especifica e dá outras providências; 1.479/2007, do Deputado Neider Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cláudio os imóveis que especifica; 1.716/2007, da Deputada Gláucia Brandão, que dispõe sobre a prática de educação física nas escolas públicas e privadas do Sistema Estadual de Educação; 2.028/2008, do Deputado Gustavo Valadares, que altera o art. 2º da Lei 14.601, de 23/1/2003, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté imóvel para construção de ginásio poliesportivo; 2.048/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Leopoldina o imóvel que especifica; 2.133/2008, do Deputado Adalclever Lopes, que autoriza o Estado de Minas Gerais a fazer reverter o imóvel mencionado ao Município de Caiana; 2.165/2008, do Governador do Estado, que altera o art. 1º e o seu parágrafo único da Lei nº 16.262, de 18/7/2006, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à União; 2.302/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$63.271.686,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; 2.316/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$3.000.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais; e 2.359/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$5.341.772,65 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 9 de junho de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/6/2008, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 1.973/2007, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2008.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Cesar, Adalclever Lopes, Délio Malheiros e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/6/2008, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 429/2007, do Deputado Leonardo Moreira, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 2.540, 2.541, 2.542, 2.556 e 2.558/2008, da Comissão de Direitos Humanos, 2.551/2008, da Deputada Gláucia Brandão, e de discutir e votar proposições da

Comissão.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 9/6/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Fernanda Gonçalves Barbosa Hall do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gil Pereira

exonerando, a partir de 4/6/08, José Geraldo Cardoso do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Letícia Verciane Cardoso para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Maria Liliane Monteiro do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Constituição e Justiça;

nomeando Fernanda Gonçalves Barbosa Hall para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Constituição e Justiça.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e do art. 7º da Resolução nº 5.198, de 21/5/01, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.767, de 11/5/89, assinou o seguinte ato:

nomeando Maria Liliane Monteiro para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 5/6/2008, na pág. 41, col. 2, sob o título "Gabinete do Deputado Inácio Franco", onde se lê:

"Isis Clea Freitas Gomes", leia-se:

"Isis Clea Ferreira de Freitas".